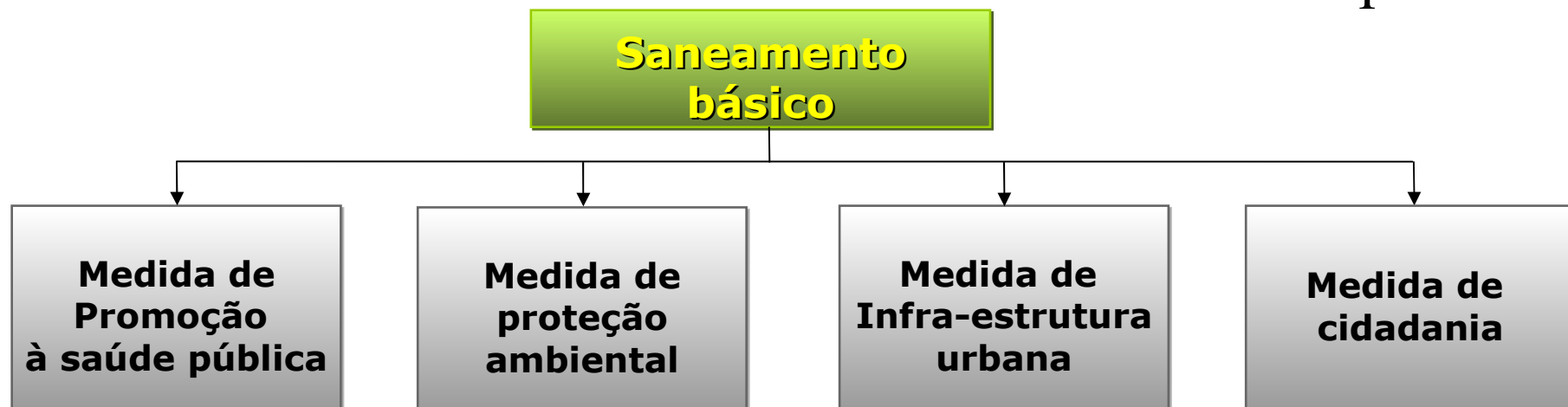


As expectativas do Setor saneamento e da área de Recursos Hídricos.

Saneamento como Direito Público e Social

Pressupostos



As ações de saneamento ambiental se constituem em uma meta social diante de sua essencialidade à vida humana e à proteção ambiental. (BORJA, 2005)



Lei do Saneamento Básico

Lei 11.445/2007

- Estabelece **diretrizes nacionais** para o saneamento básico;
- Destaca as **funções da gestão: planejamento, prestação dos serviços, fiscalização e regulação**;
- Define o **controle social** como garantia da sociedade na formulação de políticas, no planejamento, na regulação e na de avaliação;
- Aponta as **responsabilidades do titular e da União** na definição da suas políticas e planos de saneamento básico;
- Conceitua o **Saneamento Básico**:

A interface:
desenvolvimento urbano e
Recursos
Hídricos.

Abastecimento de água potável
Esgotamento sanitário
Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos
Drenagem e manejo de águas pluviais urbanas

Demandas e Impactos das Ações de Saneamento nos Recursos Hídricos

Ação de saneamento	Demanda sobre os recursos hídricos	Impacto sobre os recursos hídricos
Abastecimento de água	Demanda para abastecimento às populações	Impactos devido às atividades desenvolvidas (resíduos do tratamento, etc)
Esgotamento sanitário	Pequenas demandas para a operação e manutenção dos sistemas, porém a mesma demanda do abastecimento de água, ao se considerar o esgotamento sanitário como o "esgotamento do abastecimento de água, após sua utilização".	Impactos potencialmente elevados, sendo função do sistema de esgotamento sanitário minimizá-los por meio de uma disposição adequada dos efluentes.
Limpeza pública	Pequenas demandas para a operação e manutenção dos sistemas.	Impactos potencialmente elevados, sendo função do manejo dos resíduos sólidos minimizá-los por meio de uma disposição adequada dos efluentes.
Drenagem pluvial	Pequenas demandas para a operação e manutenção dos sistemas.	Impactos pela elevação da concentração das águas pluviais e fluviais

Fonte: Caderno Setorial de Saneamento – PNRH, 2006.

Contextualização - Inundações Ribeirinhas



Fonte: Tucci

Contextualização

Inundações (antes e depois)

Período normal



1983



Fonte: Tucci

Interferências



Fonte: Tucci

Outro dos graves problemas



Fonte: <http://tribunadonorte.com.br/noticia/reutilizacao-de-pneus-e-alternativa/132386>

Situação atual

População em áreas risco.



Lixo recolhido na drenagem.



Demais desastres



Órgãos da União atuando no Setor – outro desafio. É isso que se quer?

TEMA	ÓRGÃOS									
	MCid	Funasa	MI	MMA	ANA	CEF	BNDES	MDA	MTUR	MD
Abastecimento de Água										
Capt Adução Água Multimunicipal										
Coleta de Esgotos Sanitários										
Tratamento de Esgotos Sanitários										
Tratamento de Esgotos Industriais										
Coleta de Resíduos Sólidos Urbanos										
Tratamento de Resíduos Sólidos										
Tratamento de Resíduos Industriais										
Saneamento Rural pop dispersa										
Saneamento Domiciliar										
Drenagem Urbana										
Coleta e Disp Final de Res Hospitalares										
Transposição de Bacias Hidrográficas										

Brasília, 20 de fevereiro de 2006

Vamos pensar
e planejar
nossas ações
de forma
articulada?



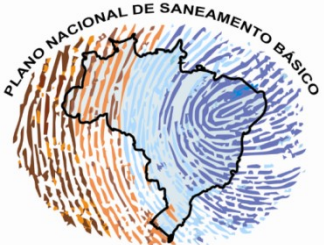
Plano Nacional de Recursos Hídricos algumas recomendações

- **Racionalização do uso de recursos hídricos para abastecimento público;**
- **Disposição adequada de esgotos e resíduos sólidos;**
- **Proteção de mananciais e bacias;**
- **Atenção para com áreas de problemáticas especiais e particulares (RM's, periferias e zona rural).**
- **(...)**

Intervenções integradas de saneamento e gestão de recursos hídricos no meio urbano

Plano Nacional de Recursos Hídricos

- **Programa V:** “Articulação Intersetorial, Interinstitucional e Intra-institucional da Gestão de Recursos Hídricos”.
- **Programa VI:** “Usos Múltiplos e Gestão Integrada de Recursos Hídricos”
- proteção de mananciais urbanos, apoio à gestão ambiental urbana em áreas de vulnerabilidade ambiental e acompanhamento do Plansab.
 - **Subprograma VI.4:** *“Promover a atuação coordenada e integrada entre o setor de saneamento e a área de recursos hídricos, especialmente por intermédio dos instrumentos de gestão: planos de bacia, metas de enquadramento, critérios de outorga e de cobrança pelo uso da água, sistemas de informação, sem prejuízo da aplicação de outros mecanismos”.*
 - i. Objetivo: apoiar a estruturação e execução de programas e projetos integrados, em parceria com estados, municípios e ministérios correlatos;
- **Programa VII:** “Programas Setoriais Voltados aos Recursos Hídricos” (PRODES).



Lei 11.445/07 - CAPÍTULO I

POLÍTICA FEDERAL DE SANEAMENTO BÁSICO

PLANSAB

2º Os serviços públicos de saneamento básico serão prestados com base nos seguintes princípios fundamentais:

- VI - articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante;
- (...)
- XII - integração das infra-estruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

Ministério
das Cidades



Lei 11.445/07

CAPITULO IX

DA POLÍTICA FEDERAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Art. 48. A União, no estabelecimento de sua política de saneamento básico, observará as seguintes diretrizes:

(...)

- **X** - adoção da **bacia hidrográfica** como unidade de referência para o planejamento de suas ações;

Onde couber e estiver estruturada? Usar o bom-senso.

- **XI** - estímulo à implementação de infra-estruturas e serviços comuns a Municípios, mediante **mecanismos de cooperação** entre entes federados. **(em consonância com a Lei 11.107/05 – Lei de Consórcios, fortalecimento do pacto federativo).**

Lei 11.445/07

- **Art. 48, Parágrafo único. As políticas e ações da União** de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate e erradicação da pobreza, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida **devem considerar a necessária articulação, inclusive no que se refere ao financiamento, com o saneamento básico.**

Lei 11.445/07

CAPÍTULO IV

DO PLANEJAMENTO

Art. 19. A prestação de serviços públicos de saneamento básico observará plano, que poderá ser específico para cada serviço, o qual abrangerá, no mínimo:

§ 3º Os planos de saneamento básico deverão ser compatíveis com os planos das bacias hidrográficas em que estiverem inseridos.

Interesses comuns:

Saneamento – Recursos Hídricos

Exemplos

- Legislações (relação biunívoca);
- Outorga – **Recursos Hídricos**;
- Proteção de mananciais – **código florestal**;
- Monitoramento da qualidade da água – **portaria 518/MS**;
- Licenciamento ambiental – **MMA: flexibilização para obras do PAC**;
- Controle social do uso da água – **ConCidades – PLANSAB**;
- Atuação dos comitês de bacia – **ausência de tratamento dos esgotos lançados nos corpos d'água** ;
- Programas de economia de água – **Proágua(MMA/ANA), Com+água (PMSS/MCidades)**.
- (...)

Expectativas

- ✓ O emprego das estratégias de regionalização – gestão associada, consolidada no recursos hídricos;
- ✓ O apoio e contribuição para a definição de programas, projetos e ações a nível local, bem como instrumentos para elencar as prioridades de investimentos;
- ✓ A definição de estratégias comuns para o alcance das metas de universalização do acesso aos serviços de saneamento;



Expectativas



- ✓ O Fortalecimento da Participação social na elaboração dos planos locais de saneamento básico com a contribuição dos representantes dos comitês de bacia e dos Conselhos estaduais de Recursos Hídricos;
- ✓ O Incremento nas relações entre as instâncias do saneamento (ConCidades) e do recursos hídricos (CNRH);
- ✓ A Discussão e implantação de soluções integradas e intersetoriais;

Expectativas



- ✓ 2010: Pré-Conferência das Águas e Revisão PNRH – oportunidades para discussão do tema Planos de saneamento Básico;
- ✓ O uso de matriz tecnológica adequada a realidade local, com maior efetividade e impacto nas ações pertencentes a ambos os interesses;
- ✓ A Bacia hidrográfica pode servir de referencial para a formação de consórcios públicos de prestação de serviços de saneamento.

Articulação do setor de saneamento e da área de recursos hídricos

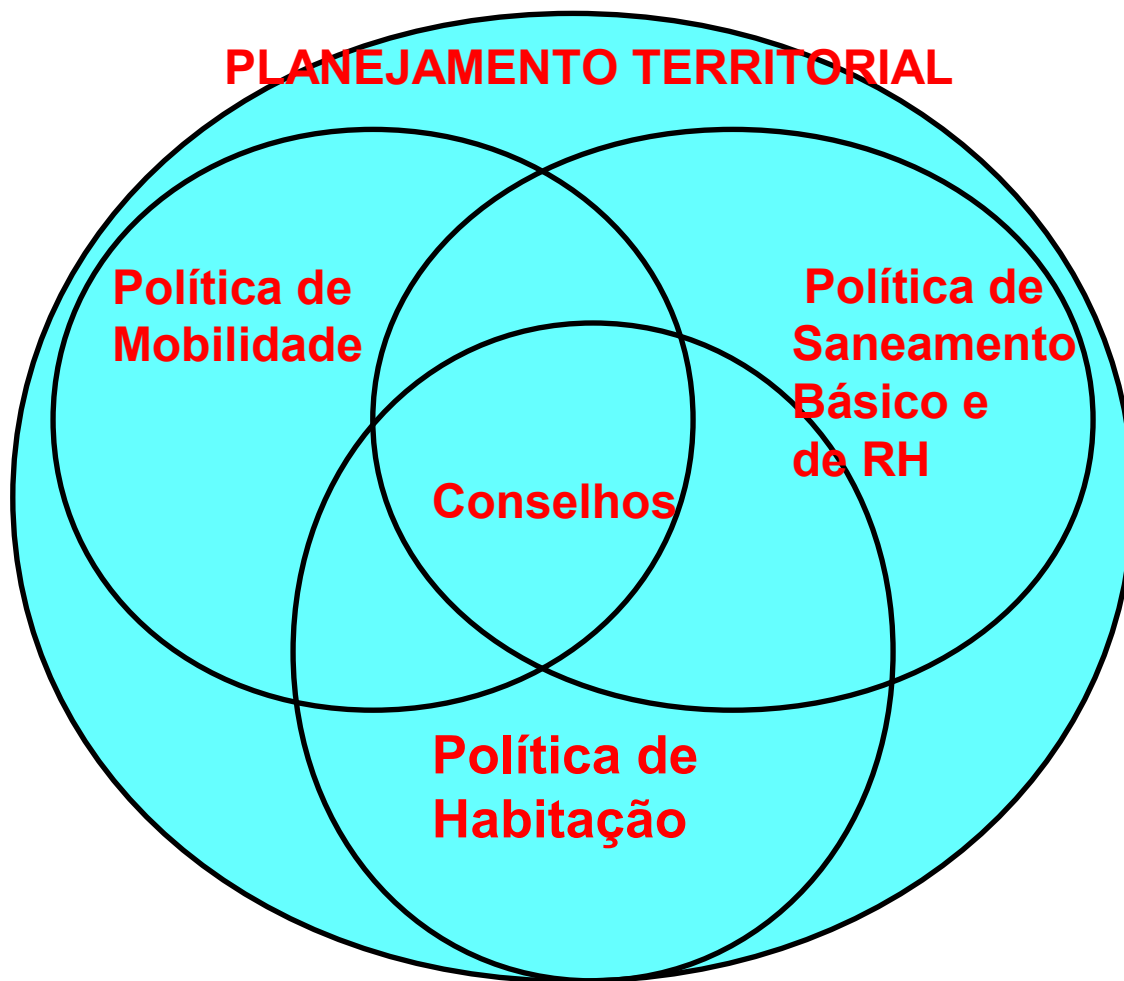
A Lei 11.445/2007 estabeleceu diretrizes da política federal de saneamento básico mas não instituiu um sistema nem mecanismos de transferências de recursos permanente para o setor, tipo “fundo a fundo”.

Desafio: articulação do setor de saneamento com o SINGREH.

Como fazer acontecer?



DESAFIOS PARA OS MUNICÍPIOS



Reflexões

- A inação causa impactos econômicos e sociais sobre a cidade e sobre os cidadãos;
- A vulnerabilidade da população é proporcional ao modelo de desenvolvimento urbano implementado;
- Os principais motivos são a falta de planejamento e integração dos componentes do saneamento básico;
- Ampliação da participação e do controle social nas decisões;
- A gestão e a sustentabilidade das ações só será alcançada com o exercício pleno da cidadania (investimentos com responsabilidade social);
- (.....)

Obrigado!

Equipe da SNSA:

alexandre.carlos@cidades.gov.br

joaocarlos.machado@cidades.gov.br

gabriella.giacomazzo@cidades.gov.br

tatiana.pereira@cidades.gov.br

yuli.hostensky@cidades.gov.br

planosdesaneamento@cidades.gov.br

Telefones:

(061) 2108- 1486/1488/1966



Ministério
das Cidades

